



Desenvolvimento em Questão

ISSN: 1678-4855

ISSN: 2237-6453

davidbasso@unijui.edu.br

Universidade Regional do Noroeste do Estado do

Rio Grande do Sul

Brasil

O Futuro da Fumicultura O Jovem Rural e o Dilema da Sucessão Geracional

de Ramos, Vanessa Souza; Angnes, Juliane Sachser; Costa, Zoraide

O Futuro da Fumicultura O Jovem Rural e o Dilema da Sucessão Geracional

Desenvolvimento em Questão, vol. 16, núm. 43, 2018

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75255594020>

DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2018.43.548-572>

O Futuro da Fumicultura O Jovem Rural e o Dilema da Sucessão Geracional

Vanessa Souza de Ramos
Mestranda em Administração pela Universidade Estadual
do Centro-Oeste do Paraná, Brasil
vaneramos_88@hotmail.com

DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2018.43.548-572>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75255594020>

Juliane Sachser Angnes
Doutora em Educação pela Universidade Federal do
Paraná. Professora do Programa de Pós-Graduação em
Administração da Universidade Estadual do Centro Oeste
do Paraná, Brasil
julianeangnes@gmail.com

Zoraide Costa
Doutora em Ciências Agronômicas pela Universidade
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professora
do Programa de Pós-Graduação em Administração da
Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná, Brasil
costa.zo@hotmail.com

Recepção: 30 Setembro 2016

Aprovação: 06 Abril 2017

RESUMO:

O dilema da sucessão geracional na agricultura familiar tem sido amplamente discutido pelos teóricos acadêmicos entretanto pouco se fala do jovem na cadeia produtiva do tabaco. Apesar do destaque na produção nacional do fumo e do crescente aumento de produtores, derivado do aumento do preço do produto, a produção fumageira brasileira oriunda principalmente da agricultura familiar, pode ter seus resultados afetados pela escassez de uma nova geração de agricultores. Nessa perspectiva, este artigo tem por objetivo compreender os motivos que levam o jovem rural a abandonar o cultivo do fumo. Para tanto, tomou-se por base a perspectiva chayanoviana dos sistemas não capitalistas, bem como a dinâmica percebida no contexto nacional. Por meio de entrevistas centradas na abordagem qualitativa com jovens com idade entre 15 e 30 anos, de ambos os sexos e graus de escolaridade, foi possível identificar os principais fatores que motivam o jovem a deixar o campo. Estes fatores foram divididos em duas categorias: a) contexto social e b) contexto econômico. Os resultados compactuam com visão de Chayanov (1985), na qual a aversão à fumicultura se dá em decorrência da excruciante jornada de trabalho atribuída à cultura. Nesse sentido, o contexto social foi percebido como o principal fator para o abandono da atividade fumageira. Além disso, evidenciou-se ainda que no contexto econômico há descrença por parte dos jovens de que agricultura de pequena escala tenha capacidade financeira de prover seu sustento no futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar, Fumicultura, Sucessão geracional, Jovem rural.

ABSTRACT:

The dilemma of generational succession in family agriculture has been widely discussed by academic theorists. However, little is said about young people in the tobacco production chain. Despite the prominence of tobacco production in the country and the increase in the number of producers, due to the increase in the price of the product, Brazilian tobacco production originated mainly from family farming, and may have its results affected by the lack of a new generation of farmers. In this way, this article aims to understand the reasons that lead the rural youth to abandon the cultivation of tobacco. To this end, the Chayanovian perspective of non-capitalist systems was taken as the basis, as well as the dynamics perceived in the national context. Through interviews focused on the qualitative approach with young people between 15 and 30 years of age, of both sexes and educational level, it was possible to identify the main factors that motivate young people to leave the field. These factors were divided into two categories: a) social context and b) economic context. The results compose with Chayanov's (1985) view, in which the aversion to tobacco cultivation occurs due to the excruciating work day attributed to culture. In this sense, the social context was perceived

with main factor to the abandonment of the tobacco farming. In addition, it has also been shown that in the economic context there is disbelief on the part of young people that small-scale farming has the financial capacity to provide for their livelihood in the future.

KEYWORDS: Family farming, Fumiculture, Generational succession, Young rural woman.

A sucessão geracional na agricultura familiar tem sido amplamente discutida nos últimos anos. Vários estudos apontam para uma tendência de envelhecimento e masculinização da população rural brasileira (MELLO et al., 2003; SPANEVELLO, 2008; STROPASOLAS, 2004). O movimento de sucessão geracional é reconhecida por Stropasolas, 2004, p. 26) como um processo de “transferência de poder e patrimônio entre gerações no âmbito da produção agrícola familiar, a retirada paulatina das gerações mais idosas da gestão do estabelecimento e a formação profissional de um novo agricultor(a)”.

Este processo, que até final dos anos 60 ocorria de forma natural pautada pela tradição de transferir a propriedade ao filho mais novo (minorato). Até a concretização deste processo a organização familiar ocupava-se da instalação dos demais filhos como agricultores. Desta maneira era garantida a continuidade na formação de novos agricultores a cada geração.

A partir da década de 70, no entanto, a produção agrícola, segundo Kischener (2015), passou a ser mais valorizada como bem de troca do que de uso, dando início às produções em escala para comercialização. Essa mudança no meio agrícola trouxe consigo uma revolução tecnológica, que deu início a um processo de diferenciação econômica e social que mudou o cenário agrícola, o campo deixou de ser apenas local de moradia e produção de alimentos e passou ao status empresarial de produção capitalista.

Embora as fronteiras do capitalismo tenham alcançado o meio rural a asserção defendida no clássico *A Questão Agrária*, de Karl Kautsky, publicado em 1899, quanto à decomposição do campesinato diante do capitalismo, não se fundou plenamente tendo em vista a relevante participação que a agricultura familiar ainda exerce sobre o cenário econômico e social.

Em contraponto à perspectiva de Kautsky (1899), a teoria de Alexander Chayanov destacada em sua publicação de 1925 intitulada *A Organização da Unidade Econômica Camponesa* defende que o contexto da agricultura de base familiar não se reproduz conforme os fundamentos do capitalismo, uma vez que o ponto central do campesinato é baseado na mão de obra familiar não assalariada, cujo objetivo principal não é o lucro, e sim a reprodução de seu modo de vida e a subsistência familiar. Nesse sentido Chayanov (1976) admite ainda que famílias camponesas que dispõem de menor número de membros aptos ao trabalho têm uma maior predisposição ao abandono das atividades, tendo em vista a sobrecarga de trabalho que se impõe aos membros restantes e resulta em um desequilíbrio entre a fadiga decorrente do excesso de trabalho e o resultado obtido da exploração agrícola.

Dessa forma, a crescente saída dos jovens do campo rumo às cidades é um aspecto alarmante, principalmente quando nos referimos à agricultura familiar, tendo em vista que a mão de obra produtiva é composta basicamente pelos integrantes da família, e a continuidade da atividade depende da sucessão geracional. Segundo dados do Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa) (BRASIL, 2016a), a agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos consumidos no Brasil, ressaltando-se que algumas culturas tais como a mandioca (87%), o feijão (70%) e a carne suína (59%) provêm basicamente da pequena propriedade rural. Nenhuma outra cultura, porém, é tão expressiva na agricultura familiar quanto o fumo.

A fumicultura, segundo Guilhoto et al. (2006), é uma atividade praticamente inexistente no ambiente latifundiário, em sua grande maioria sendo desenvolvida em pequenas propriedades familiares. Apesar desta característica de pequenos produtores, a fumicultura brasileira apresenta resultados expressivos. O Brasil é atualmente o segundo maior produtor de fumo do mundo, atrás apenas da China, com os Estados do sul sendo responsáveis por 97,9% da produção nacional na safra 2014/2015. A produção paranaense

corresponde a 18% do resultado nacional, com destaque para os municípios de São João do Triunfo, Rio Azul, Prudentópolis, Ipiranga e Imbituva, que ocupam lugar de destaque entre os maiores produtores nacionais de tabaco segundo dados da Associação dos Fumicultores do Brasil – Afubra (2016).

Kraiczek e Antoneli (2012) argumentam que um dos fatores para a escolha dos pequenos agricultores pela fumicultura, em detrimento das demais atividades agrícolas tradicionais, é a rentabilidade superior do cultivar. O estudo de Bonato (2010) demonstra que apesar de ser cultivado em menor área se comparado às culturas da soja, feijão e milho, o tabaco apresentou melhores resultados econômicos que as demais culturas tradicionais, principalmente na microrregião de Prudentópolis – PR.

Ainda que a cultura do tabaco represente maior retorno econômico comparado a outras culturas ligadas à agricultura de pequena escala, a fumicultura exige muita força de trabalho. Além disso, é danosa à saúde do trabalhador tendo em vista o contato constante com agrotóxicos como herbicidas, inseticidas, fungicidas e antibrotantes, indispensáveis à produção fumageira, aliada à exposição do trabalhador à nicotina presente na folha da planta.

Em razão deste contexto de alto retorno econômico versus riscos da atividade produtiva, esta pesquisa propõe-se a discutir as questões relacionadas ao processo sucessório na pequena propriedade agrícola produtora de tabaco. Ou seja, busca-se compreender como os fatores econômicos e sociais influenciam a saída ou permanência do jovem rural no estabelecimento, bem como as perspectivas dos progenitores quanto ao futuro da propriedade rural.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Encolhimento da Agricultura Familiar

Quando o primeiro homem percebeu que ao lançar sementes ao solo saberia exatamente onde colher os frutos após um tempo, mudando a história da humanidade, desde então a agricultura conquistou o mundo e tornou-se o principal fator de transformação da ecoesfera e condicionamento do número de seres humanos no planeta (MAZOYER; ROUDART, 2009).

Ainda hoje a agricultura cumpre esse papel de condicionante do crescimento populacional. Segundo dados da Food and Agriculture Organization (FOOD..., 2016) até o ano de 2050 a população mundial chegará a 9 bilhões, sendo que a produção de alimentos precisará aumentar em 70% para atender a esta demanda. O Brasil cumpre papel indispensável ao atendimento desta meta, uma vez que a produção agrícola nacional é responsável por um quarto dos produtos agropecuários em circulação no mercado global. O Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento projeta que até 2030 um em cada três produtos comercializados no mundo será oriundo do Brasil (BRASIL, 2016a).

Como auxílio para atingir esta meta tem-se a agricultura familiar como sendo “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 1996 p. 3). Esta forma de produção corresponde a 80% do total de estabelecimentos rurais no Brasil e emprega mais de 12 milhões de pessoas, empenhadas em garantir segurança alimentar e nutricional à mesa do brasileiro (EMPRESA..., 2016).

Apesar da relevante contribuição deste setor, todavia, dados do IBGE (2016) apontam para uma tendência de esvaziamento demográfico no campo. Nos Estados da Região Sul houve uma redução de 28% desta população no período de 1991 a 2010. Alguns fatores tidos como determinantes para esta diminuição populacional referem-se à queda na taxa de fecundidade entre as mulheres da zona rural (BANDEIRA, 2002; CINTRA; BAZOTTI, 2012; SPANEVELLO, 2008) e ao êxodo dos jovens rurais, agravado pela migração seletiva, na qual se observa uma maior saída do gênero feminino na faixa etária de 15 a 19 anos (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

Nesse sentido, a agricultura familiar tem por característica a utilização da mão de obra de membros da família, e a tendência de famílias menores dada à baixa taxa de fecundidade, bem como a migração do jovem rural, fatores que acabam por diminuir a força de trabalho nas pequenas propriedades. Nos casos em que não há permanência de qualquer dos sucessores, ao se esgotar a capacidade física de trabalho dos pais os estabelecimentos são normalmente vendidos ou incorporados por outros proprietários (SPANEVERELLO, 2008). Este abandono das atividades agrícolas de pequena escala acaba por sobrecarregar a população que permanece no campo, e que agora, além de produzir o suficiente para se manter, precisa manter alimentada a crescente população urbana.

O Jovem Rural e o Dilema “Ficar” Versus “Sair”

Diversos são os conceitos na literatura para definir esta fase que nos separa da infância e nos aproxima da vida adulta. Segundo o Dicionário Aurélio (FERREIRA, 1999), a definição de jovem relaciona-se àquele que tem pouca idade, que ainda não é adulto todavia, para efeitos legais, de acordo com o Estatuto da Juventude, são considerados jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos (BRASIL, 2016b). É neste período que começamos a fazer escolhas que definirão muitos aspectos de nossas vidas, e por vezes, influenciar um contexto maior, como ocorre com a decisão do jovem rural em abandonar o campo e migrar para cidade. Há uma grande diversidade de estudos sobre a problemática da sucessão geracional no campo, e uma uníssona perspectiva de envelhecimento da população rural, dado o crescente processo de migração do jovem rural para o meio urbano (ABRAMOVAY, 1998).

Segundo apontam os estudos, os motivos que levam as novas gerações a abandonar a atividade rural vão desde as condições produtivas desfavoráveis dos estabelecimentos, a busca de autonomia financeira e o prosseguimento dos estudos (SPANEVERELLO, 2008), até a atração do jovem pelo meio urbano e seu estilo de vida (CASTRO et al., 2009).

Embora, no entanto, ainda seja crescente o número de jovens que abandonam o campo, Spanevello (2008) e Dotto (2011) constataram em suas pesquisas que mesmo aqueles que deixam o meio rural afirmam gostar do campo, da tranquilidade inerente às paisagens e da autonomia no trabalho tendo em vista a inexistência da figura do empregador. Dotto (2011) apontou ainda que algumas atitudes tais como a inclusão do jovem nas tomadas de decisão e a viabilidade econômica que a atividade proporciona à família podem influenciar o jovem a permanecer na pequena propriedade.

Com o intuito de estimular o jovem rural a suceder os pais e dar continuidade na atividade agrícola de pequena escala, diversas políticas públicas vêm sendo postas em prática, tais como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que dispõe de uma linha de crédito específica para jovens agricultores com idade entre 16 e 29 anos. Além dessa linha de crédito temos ainda um programa denominado Nossa Primeira Terra, do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), voltado ao financiamento de imóveis e estruturas básicas com juros de 1% ao ano e prazo de 35 anos para pagar a terra. Os beneficiados deste programa são jovens com idade entre 18 e 29 anos filhos de agricultores familiares e/ou provenientes de escolas agrotécnicas e centros familiares de formação por alternância, que queiram viabilizar o próprio projeto de vida no meio rural (BRASIL, 2016b).

A Controversa Cultura do Tabaco

A fumicultura é uma das culturas mais antigas produzidas no Brasil. A planta já era utilizada pelos indígenas com fins medicinais antes mesmo da colonização portuguesa e espanhola, passando à matéria-prima na produção de cigarros e charutos após a chegada dos europeus (GROXKO, 2011). Até 1810 o plantio do fumo só era permitido na Bahia a fim de suprir as necessidades do monopólio português. A partir de 1850 as

pequenas propriedades das colônias alemãs do Rio Grande do Sul e Santa Catarina começaram a despontar na produção de tabacos claros, ideais para a confecção de cigarros, enquanto a produção nordestina de tabaco escuro utilizado na produção de charutos diminuiu gradativamente (SILVEIRA et al., 2011).

Com uma produção anual de 695.850 toneladas o Brasil é o segundo maior produtor e o maior exportador de fumo (ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES..., 2016). Embora apresente resultados notáveis no cenário mundial o produtor brasileiro é pouco remunerado quando comparado a países como Estados Unidos e Japão. No Brasil o fumicultor chega a receber até 13,5 vezes menos pelo produto (SILVEIRA et al., 2011), no entanto, apesar da baixa remuneração ao produtor, o tabaco ainda é uma das culturas mais rentáveis na agricultura familiar. Segundo dados da Afubra (ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES..., 2016), atualmente 153.730 famílias produzem cultivares de tabaco, em 308.260 hectares de área plantada. A produção fumageira é praticada quase exclusivamente na agricultura familiar, em propriedades com até 20 hectares (INSTITUTO PARANAENSE..., 2012).

Além do produtor rural, o setor fumageiro sustenta uma cadeia produtiva de 2,2 milhões de pessoas entre trabalhadores da indústria de processamento, fabricantes, varejistas, transportadores, comerciantes de insumos, materiais de construção, máquinas e implementos, e gerando receita de aproximadamente 5 bilhões de reais (ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES..., 2016). Embora tenha relevante participação na economia, a fumicultura é tida como uma cultura controversa devido aos impactos socioambientais relacionados à sua produção. A constante utilização de agroquímicos, associada ao alto nível de nicotina presente nas folhas, causam danos à saúde do trabalhador, situação agravada pela utilização do trabalho infantil nas lavouras de fumo (BONATO et al., 2010).

A utilização dos defensivos é inerente a todas as fases do cultivo do fumo, no entanto, por se tratar de um cultivar de verão, existe certa rejeição por parte do agricultor em fazer uso dos equipamentos de proteção individual, fato que aumenta o contato do produtor com agroquímicos (TROIAN et al., 2009). Segundo dados do Inca (INSTITUTO NACIONAL..., 2016), a intoxicação por agroquímicos causa danos irreversíveis à saúde, como câncer, lesões hepáticas, lesões renais, esterilidade masculina e fibrose pulmonar. O Instituto alerta ainda para maior propensão dos fumicultores desenvolverem alterações neurocomportamentais que podem acarretar em depressão e suicídio devido à manipulação da folha da planta sem os devidos equipamentos de proteção (INSTITUTO NACIONAL..., 2016).

Além das referências aos danos causados à saúde humana, os agroquímicos são prejudiciais ao meio ambiente por contaminar o solo e os recursos hídricos. Os problemas ambientais causados pela fumicultura, no entanto, não se resumem à larga utilização de agroquímicos. Almeida (2005) ressalta o processo de devastação de mata nativa e de eucalipto para produção de lenha utilizada no processo de cura da planta, e os milhares hectares de floresta desmatadas para dar lugar às lavouras de fumo.

Outro dilema discutido na produção fumageira é a exploração do trabalho infantil. Como visto anteriormente, o cultivo do fumo é uma atividade inerente à agricultura familiar, e que demanda muita mão de obra durante grande parte do processo produtivo. Assim, em virtude da escassez de mão de obra, aliada ao endividamento dos agricultores e aos baixos preços pagos pelo produto final, as famílias são levadas a utilizarem toda a forma de mão de obra disponível, incluindo as crianças (BONATO et al., 2010). Embora haja esforços por parte de órgãos governamentais e instituições do setor fumageiro para a extinção desta prática, os fumicultores em sua grande maioria não dispõem de condições financeiras para a contratação de mão de obra. Desta forma, os filhos representam um auxílio fundamental para a composição da renda familiar (ALMEIDA, 2005; BONATO et al., 2010).

Diante deste cenário, surge o questionamento sobre as motivações que levam o agricultor a cultivar esta planta tão nociva a sua saúde, de sua família e da terra, de onde não se colhe alimento, mas matéria-prima para fabricação do cigarro. A produção fumageira é danosa desde o seu plantio até a fase de consumo do seu produto final industrializado, no entanto, apesar dos riscos inerentes à produção, as demais culturas

tradicionais na agricultura em pequena escala (como o feijão, milho ou mandioca) não apresentam resultados financeiros que se comparem ao rendimento do fumo (GROXKO, 2011).

Assim se mostra a controvertida cultura do tabaco, cuja produção apresenta relevantes resultados econômicos, tanto nos expressivos números alcançados pela produção e exportação, que colocam o Brasil em lugar de destaque na produção fumageira, quanto no melhor resultado financeiro que chega ao bolso do agricultor, quando comparado com culturas tradicionalmente empregadas na agricultura familiar. Em contraponto trata-se de uma cultura nociva tanto à saúde humana quanto ambiental, tendo como agravante a exploração do trabalho infantil.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi construída com base na abordagem qualitativa e segmentada em duas etapas: a) a primeira constitui-se da investigação bibliográfica, na qual se realizou um aprofundamento teórico sobre o tema; b) a segunda refere-se à pesquisa de campo realizada por meio de entrevistas com roteiro semiestruturado, na qual buscou-se compreender a partir da perspectiva dos entrevistados qual o futuro da agricultura familiar, em particular das propriedades fumicultoras na região de Prudentópolis – Paraná, tendo em vista o crescente processo migratório da juventude rural para os centros urbanos.

A pesquisa qualitativa mostrou-se adequada ao estudo tendo em vista sua ênfase nos processos e principalmente na interpretação dos significados e intenções dos atores (GODOI; BALSINI, 2010). Por sua vez, a pesquisa bibliográfica, tem por objetivo o aprofundamento ao referencial teórico que envolve o tema, bem como aos principais conceitos e particularidades relevantes ao contexto da agricultura familiar e da fumicultura. Nesse sentido, foram realizadas pesquisas em livros, artigos e entrevistas, bem como na legislação e em portais virtuais de instituições ligadas ao contexto, a fim de contextualizar o problema apontado na pesquisa.

Quanto à pesquisa de campo, esta foi desenvolvida por meio de entrevistas realizadas com seis famílias de produtores rurais fumicultores no município de Prudentópolis-PR. As entrevistas ocorreram em duas etapas, a primeira delas realizada com os pais a fim de conhecer as características da propriedade, bem como suas percepções quanto à sucessão geracional. Na segunda etapa os jovens foram entrevistados sobre suas aspirações futuras, e sua concepção sobre o papel que desempenha no destino da agricultura familiar produtora de tabaco.

As entrevistas duraram em média 40 minutos, e ocorreram entre 30 de julho de 2016 e 11 de agosto de 2016, e foram posteriormente transcritas com o propósito de serem analisadas qualitativamente. A seleção dos entrevistados caracteriza-se como não probabilística entre pequenas propriedades rurais produtoras de fumo, nas quais prevalece a mão de obra familiar. São famílias com filhos jovens com idade entre 15 e 30 anos que estudam ou estudaram fora do ambiente rural, mantendo, portanto, contato constante com o meio urbano.

Entre os jovens entrevistados foram selecionados aqueles que ainda residem no campo e compõem a mão de obra na produção fumageira familiar, e aqueles que decidiram abandonar a agricultura a fim de trabalhar, estudar e viver na cidade. A partir das entrevistas foi possível compreender os principais fatores que motivam o jovem rural a abandonar o cultivo de fumo, e muitas vezes a vida no campo. Tais fatores foram divididos em duas categorias de análise: o contexto social no qual foi observado o perfil do jovem que apresenta tendência a deixar o campo devido à insatisfação com as características de trabalho da fumicultura, e o contexto econômico, quando se buscou compreender a relevância do retorno financeiro da cultura na decisão do jovem de ficar ou sair da propriedade. Em seguida foi realizada a triangulação dos dados revelados em campo com o exposto no referencial teórico, criando relação de significado entre os resultados obtidos.

UMA NOVA GERAÇÃO DE AGRICULTORES, OU, O FIM DE GERAÇÕES DE AGRICULTORES?

No município de Prudentópolis, localizado na região centro-sul do Estado do Paraná, a agricultura familiar tem papel de destaque. Com população estimada em torno de 50.000 habitantes, uma parcela superior a 53% dos habitantes reside na zona rural (INSTITUTO BRASILEIRO..., 2016). O movimento de imigração de ucranianos, outros oriundos da região da Galícia, bem como de poloneses e italianos, ocorrido no período de 1896 até meados de 1920, trouxe a esta região uma grande diversidade cultural e uma densa tradição agrícola sustentada nos preceitos da agricultura familiar, de pequenas porções de terra, com produções multivariadas e utilização exclusiva da mão de obra familiar (GUIL; FERNANDES; FARAH, 2006).

Dentro deste conceito histórico de agricultura familiar baseada na cultura europeia, a sucessão geracional não era entendida como um problema, tendo em vista que ocorria naturalmente. Com o envelhecimento e a diminuição da capacidade laborativa dos pais, a geração seguinte dava continuidade às atividades agrícolas da família e perpetuava o legado de seus antecessores com a certeza de que seus filhos assim continuariam a fazer. A partir da década de 90, no entanto, observou-se uma crescente corrente migratória que diminuiu substancialmente a população rural, em especial de jovens com idade entre 16 e 30 anos (INSTITUTO BRASILEIRO..., 2016), fato que pôde ser verificado nas visitas realizadas às comunidades rurais do município a fim de realizar as entrevistas. Poucas eram as famílias nas quais ainda residiam, e trabalhavam na atividade agrícola, jovens nesta faixa etária, principalmente quando tratamos daqueles que já haviam concluído o Ensino Médio (Notas de campo, 2016).

Se a saída do jovem tem mudado as perspectivas da agricultura familiar, este cenário se agrava quando tratamos da fumicultura. O município de Prudentópolis, apesar de ter sua economia baseada na agricultura, convive com um crescente esvaziamento de sua população rural. A compreensão de como os fatores econômicos e sociais que permeiam a questão do ficar ou sair do jovem rural no estabelecimento, bem como as perspectivas dos pais desta nova geração, são apontadas nas próximas sessões. A seguir apresenta-se a síntese das entrevistas realizadas com jovens rurais que optaram por deixar o campo em busca de novas oportunidades nos centros urbanos, jovens rurais que permanecem na propriedade rural ocupados com as atividades agrícolas e que pretendem suceder sua linha geracional, bem como com os progenitores refletindo suas percepções e aspirações quanto ao futuro dos filhos e da propriedade.

NÃO SE TRATA APENAS DO DINHEIRO... O CONTEXTO SOCIAL

Das comunidades percorridas e propriedades visitadas percebeu-se uma revolução na forma de vida no contexto rural. Em praticamente todo o percurso foi possível contar com sinal de telefonia móvel e Internet (em alguns lugares melhor que na cidade), e nos poucos povoados nos quais não havia sinal, as propriedades dispunham de antena própria que lhes garantia acesso à telecomunicação. Os smartphones e a TV digital fazem parte do novo cenário rural, as vias de acesso anteriormente tão criticadas por seu estado de conservação não foram alvo de reclamações e nem mesmo a falta de entretenimento para os jovens (Notas de campo, 2016).

Dos jovens entrevistados foi unânime a preferência pela tranquilidade e liberdade que a vida no campo lhes oferece: “Aqui é mais livre pra sair, pra pescar, caçar e jogar bola” (Entrevistado C, filho). Mesmo aqueles que deixaram o campo para viver na cidade em razão dos estudos e trabalho revelaram grande afinidade com o estilo de vida no ambiente rural. “Eu gosto de viver no campo, a parte boa é o sossego, na cidade é mais agitado, mais barulho. Se pudesse escolher viveria no campo, mas trabalharia na cidade.” (Entrevistado K, filho).

Embora demonstrem preferência pela vida no campo, no entanto, uma evidente sombra de indecisão recai sobre os jovens quando perguntados sobre como eles projetam sua vida no futuro. “São dois planos, às vezes eu penso em ir morar na cidade, mas morar na cidade do tipo que tá eu não sei. Penso em arrumar um emprego

melhor, só que aí eu penso que aqui a gente é patrão de si mesmo, né, lido com o fumo e às vezes me saio bem, não dá pra ter queixa” (Entrevistado I, filho).

Diante desta incerteza encontrada no discurso dos jovens, muitos benefícios foram atribuídos à vida urbana. Foi recorrente ouvir sobre as maiores oportunidades de trabalho, da remuneração de forma mensal, e de como o trabalho no campo, em especial na fumicultura, é estafante. Este último ponto foi o que despertou maior atenção, citado tanto pelos jovens quanto por seus pais. Os discursos apresentaram-se carregados de descontentamento pela excessiva carga de trabalho referente à produção do tabaco. Um dos pais ressaltou:

Em época de colheita você tem que encarar, às vezes com chuva, em dias que tem muito orvalho, você tem que ir e colher, não tem o que fazer. E ainda todos os agrotóxicos que são aplicados é tudo manual, tudo no costal, daí é sofrido, porque em outras lavouras faz com trator, agora no fumo não tem como (Entrevistado J, pai)

A maior parte das reclamações refere-se à fase da colheita, que ocorre nos meses de dezembro e janeiro. Este período do ano é tipicamente chuvoso na região, porém a chuva não interrompe a colheita, que é realizada de forma manual. Outro produtor reforça esta percepção afirmando que “[...] o pior é colher, porque se chove mesmo assim tem que colher, e quando chove, nossa, é muito sofrido” (Entrevistado E, pai)

Embora a ajuda dos filhos ocorra de forma esporádica, tendo em vista os compromissos escolares, e a legislação que impede o trabalho dos menores, em parte da produção fumageira a extensiva jornada de trabalho também fez parte do discurso dos jovens: “[...] a maioria (dos jovens) vai embora, tipo a maioria não quer mais trabalhar na roça, querem trabalhar na cidade em serviços mais leve, não querem trabalhar no sol” (Entrevistada D, filha).

Os problemas atribuídos à saúde em decorrência do contato com as folhas do fumo, bem como os defensivos utilizados na produção, de forma surpreendente não fizeram parte das preocupações tanto dos pais quanto dos jovens, ou seja, houve poucos relatos de indisposição, dores de cabeça e episódios isolados de vômito. Este fator, porém, não foi atribuído pelos pesquisados como um desabono à permanência na atividade, tendo em vista que as propriedades têm histórico de mais de 20 anos cultivando fumo, e de acordo com os entrevistados muito raramente ocorrem incidentes que afetem a sanidade dos integrantes da família (Notas de campo, 2016).

MAS O DINHEIRO TAMBÉM IMPORTA – O CONTEXTO ECONÔMICO

O perfil do jovem que deixa o campo é delineado principalmente em razão do sexo e grau de escolaridade. Neste caso, percebemos uma tendência significativa de masculinização do meio rural. Dos jovens entrevistados observou-se que aqueles do sexo feminino têm maior inclinação a deixar a vida no campo à procura de “melhores oportunidades” de trabalho na cidade, a fim de garantir sua independência financeira: “Penso em ter um trabalho na cidade, não penso em ficar no campo, quero trabalhar, ter minha independência. Mas na cidade” (Entrevistada F, filha).

O fator independência financeira, no entanto, não é exclusividade do discurso feminino, a busca por melhores rendimentos, e pela segurança do trabalho com remuneração mensal também aparece, mesmo que de forma mais tímida, nas respostas do sexo masculino: “(...) Outra coisa é que a gente aqui recebe no ano, né, e a maioria dos jovens pensa que trabalhando fora, todo mês tá garantido” (Entrevistado I, filho).

Nesse sentido, a partir dos discursos expostos observamos ainda uma certa descrença no potencial econômico da agricultura familiar por parte dos jovens, que não acreditam que a agricultura de pequena escala possa subsidiar financeiramente seu futuro: “Na lavoura se você fizer conta da soja, fumo, milho, vai ver que é difícil ficar rico. É um negócio pra você se manter, rico você não vai ficar, porque às vezes você planta e vem uma pedreira, causa danos, mas é um negócio que te mantém” (Entrevistado I, filho).

Outro aspecto mencionado pelos jovens é a instabilidade da agricultura familiar. Ao ser questionada sobre o futuro da propriedade uma jovem respondeu: “Eu acho que mais tarde as pequenas propriedades vão acabar,

a maioria (dos jovens) vai embora, tipo a maioria não quer mais trabalhar na roça, querem trabalhar na cidade, eu acho que mais tarde não vai mais ter agricultura familiar” (Entrevistada D, filha).

Este aspecto apontado pela entrevistada, todavia, torna-se ainda mais grave tendo em vista que este sentimento não se restringiu apenas aos jovens. Ou seja, os pais também demonstraram preocupação com o futuro das propriedades, que em sua totalidade são frutos de heranças transmitidas por gerações. Um dos pais entrevistados, cujo filhos mais velhos já trabalham fora da propriedade, argumentou que: “A tendência é cada vez menos jovem na agricultura, pode ter certeza. Antes não tinha muito estudo, hoje tá mais fácil, estuda e já arranja alguma coisa na cidade, vão simhora [sic], basta os velho morrer e não sei o que vai ser” (Entrevistado E, pai).

Neste momento fez-se oportuno o questionamento sobre a eficiência financeira proporcionada pela fumicultura amplamente relatada pelos jovens e seus pais, afirmações como: “Dá mais que as outras culturas em propriedades pequenas”; “Pro pequeno agricultor é a única coisa que dá mais renda né”, e “Você planta 25 mil pés, ele dá mais do que o feijão, porque aqui é assim 20, 25 litro de chão só, é uma área pequena tem que plantar o que dá mais lucro”, perfizeram boa parte da entrevista, a lucratividade da lavoura de fumo em detrimento de outras culturas era onipresente nas falas e tratada como assunto indiscutível (Notas de campo, 2016).

Quando, no entanto, foi solicitado aos jovens que pretendem permanecer na atividade agrícola se eles continuariam plantando fumo, as respostas foram taxativas: não! Alternativas como a apicultura e a bovinocultura leiteira foram apontadas por alguns como possíveis mantenedoras da propriedade, e novamente o excesso de trabalho despendido no cultivo do fumo era mencionado como fator preponderante para o abandono da cultura (Notas de campo, 2016).

O FUTURO DOS MEUS FILHOS – A PERSPECTIVA DOS PROGENITORES

Embora respeitem a decisão dos filhos, e afirmem não influenciá-los a permanecer no campo, é unânime a esperança de que haja sucessão da propriedade e das atividades desempenhadas. Todos os produtores entrevistados sucederam seus pais na agricultura familiar. Algumas propriedades cresceram com a incorporação pela compra de áreas vizinhas, mas em essência é a terra que veio de seus avós, onde cresceram, aprenderam a lavrar a terra e de onde tiram o sustento de suas famílias.

Muito do que foi, e é feito nas propriedades, acontece em função dos filhos, desde a escolha do cultivo até a introdução de novos projetos para tentar manter os jovens no campo. Desta forma, ao ser questionado sobre o motivo que o levou a optar pela fumicultura, um entrevistado respondeu: “Plantei mais por causa do piá [sic], pra ele lidar. Porque o feijão você tem que plantar bastante pra dar, né, se der uma chuva apodrece tudo, e o fumo pode chover que vai embora, e o feijão não é tão bão [sic] o preço” (Entrevistado E, pai).

Por sua vez, outro pai entrevistado iniciou o projeto de uma laticultura, na qual conta com a ajuda de um dos filhos para desempenhar as atividades. O projeto foi desenvolvido para futuramente substituir a fumicultura e fomentar no jovem o desejo de suceder a atividade, tendo em vista que o filho mais velho já optou pela vida na cidade. Assim como observado nos jovens, é constante nos pais o desejo de deixar a fumicultura. As famílias entrevistadas cultivam tabaco há mais de 20 anos, e, no entanto, é notável o desejo, e também a impossibilidade de abandonar a cultura dado a sua relevante participação econômica nos resultados das propriedades, em que apesar da multivariada produção, que inclui o milho, o feijão e demais cultivos para consumo próprio, o fumo é o principal responsável pelos resultados financeiros (Notas de campo, 2016).

A fumicultura também não faz parte do futuro que almejam para seus filhos. Perguntada sobre o desejo de que seus filhos a sucedessem uma entrevistada respondeu: “Eu quero, mas na fumicultura não, até nós já queremos parar, fumo nós não queremos que eles continuem, é muito triste trabalhar, é muito sofrido” (Entrevistada A, mãe). Dessa maneira, compreendemos que embora anseiem pela sucessão das atividades que desempenham, os jovens ainda têm pouca participação nas decisões que envolvem a

propriedade, papel exercido exclusivamente pelos pais. Aos jovens cabem apenas atividades de auxílio à produção determinadas pelos progenitores. Observamos haver um certo descrédito quanto à capacidade laborativa dos jovens. Uma das entrevistadas creditou a pouca habilidade e apego às atividades agrícolas à legislação que impede a utilização da mão de obra infantil: “O problema é que o governo não quer que eles trabalhem desde pequenos, mas serviço não mata, daí eles não pegam amor na agricultura” (Entrevistada H, mãe). Outro entrevistado argumentou sobre o simples desinteresse pelo trabalho:

A turma acha que a lavoura é difícil trabalhar, difícil nada, só que hoje em dia a juventude não quer trabalhar é só isso, eles preferem ir lá na cidade e ficar meio de boa, acho que é isso que tá acontecendo. As vezes ele tá pior lá na cidade que no interior, mais quer tá lá na cidade (Entrevistado L, pai).

Dessa maneira, os discursos revelam a insatisfação com o desejo de alguns jovens de deixar o campo, uma vez que em sua percepção a sucessão das atividades agrícolas lhes proporcionará melhores condições de vida do que uma repentina saída do campo para a cidade sem a devida formação escolar: “Que que querem ir fazer na cidade sem formação?! Sai daqui pra trabalhar de doméstica, e os pais têm boa condição aqui no mato, mas elas não ficam, preferem ir embora” (Entrevistada M, mãe). Outro entrevistado mencionou ainda o imediatismo da juventude, e a esperança de que o jovem volte ao campo no futuro:

Acho que eles querem ir pra experimentar, mas daqui a pouco eles voltam, por que veja, na cidade grande é bem difícil, o custo de vida, é tudo difícil, aqui no mato se bolar umas ideias dá certo, o problema é que a piaçada [sic] quer fazer a coisa acontecer já, não querem esperar, é tudo pra já (Entrevistado L, pai).

Quanto aos possíveis motivadores à permanência da juventude no campo foram citadas as políticas públicas e linhas de crédito que fortaleçam a agricultura familiar. A partir das entrevistas realizadas com jovens e seus pais, compreendemos os estímulos que levam o jovem a abandonar o campo e interromper a sucessão geracional da propriedade e das atividades agrícolas, destacando-se que a decisão de sair ou ficar no campo não deve ser creditada a fatores isolados.

Com base no referencial teórico apresentado é possível perceber uma intensa corrente migratória dos jovens rurais, pois conforme apontado por Camarano e Abramovay (1999) as mulheres em especial apresentaram maior tendência em deixar o meio rural em busca de independência financeira. Outro ponto observado durante as visitas realizadas nas comunidades foi a dificuldade em encontrar famílias nas quais os jovens com idade entre 18 e 30 anos permaneceram laborando no campo, fato que confirma a perspectiva de Abramovay (1998) do envelhecimento da população rural (Notas de campo, 2016). Embora a tendência de deixar o campo seja crescente no atual contexto, percebemos também que os jovens em sua grande maioria gostam do modo de vida tranquilo e seguro que o campo lhes proporciona, como indicado por Dotto (2011) e Spanevello (2008).

Outro ponto observado nos discursos, tanto dos jovens quanto dos pais, foi a falta de participação dos jovens nas decisões e negociações. Os pais exercem dominância sobre o contexto decisivo, e aos jovens cabem apenas tarefas auxiliares. Neste ponto faz-se relevante recuperar o argumento de Dotto (2011) quanto à inclusão do jovem nas tomadas de decisão como uma razão que influencia na decisão de permanência no campo.

Ao tratarmos da viabilidade econômica das atividades, o contexto da fumicultura foge aos padrões teóricos. Trata-se de um cultivo rentável e economicamente viável, conforme defende Groxko (2011), porém, ao contrário do que versa o argumento de Dotto (2011), de que a viabilidade econômica das atividades motiva a permanência dos jovens na produção, estes não apresentaram intenção de dar continuidade no cultivo dado ao excesso de trabalho intrínseco à colheita e secagem das folhas do tabaco.

O excesso de trabalho surpreendentemente apresentou-se como a principal causa que afasta o jovem do campo, e em especial da atividade fumageira, ponto contrário ao apontamento de Bonato et al. (2010) e Troian et al. (2009), de que os danos à saúde do fumicultor são o principal inconveniente da produção tabageira. Neste ponto revela-se a consonância do contexto à afirmação de Chayanov (1976) de que um

elevado grau de autoexploração do trabalhador rural devido às penosidades impostas pelo trabalho na fumicultura tende a levar o agricultor a abandonar o cultivo mesmo diante das vantagens econômicas de tal atividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo propôs-se a compreender os motivos que levam o jovem rural a abandonar o cultivo do fumo e migrar para os centros urbanos dando fim à sucessão geracional da propriedade e das atividades desenvolvidas no contexto familiar. Deste modo optou-se pela realização de entrevistas com jovens e seus pais a fim de conhecer quais são os fatores motivadores para a saída ou permanência na atividade agrícola fumageira, bem como a percepção dos progenitores quanto às decisões de seus filhos e do futuro que almejam para a propriedade.

Foram identificados, por meio de entrevistas, os principais fatores que afetam a decisão de permanência ou saída dos jovens do campo, e posteriormente classificados em duas categorias. Na categoria dos fatores sociais, diagnosticamos a relevância da exposição ao trabalho extenuante, característico dos períodos de colheita do tabaco, como o principal agravante à continuidade da cultura. Por sua vez, na segunda categoria formada pelos fatores econômicos percebemos a necessidade dos jovens na busca pela estabilidade e segurança que o trabalho com remuneração mensal propicia, bem como sua descrença no potencial econômico das atividades agrícolas em pequena escala.

Além do contexto social e econômico constatamos ainda a perspectiva dos genitores em relação à decisão dos jovens de deixar o campo, bem como suas projeções para o futuro da propriedade e das atividades agrícolas.

Ainda que a coleta de dados tenha sido realizada com jovens oriundos de diferentes famílias, com diferentes idades e graus de escolaridade, fatores que possibilitaram a triangulação dos resultados, nosso estudo apresenta a limitação de ser construído principalmente sob a ótica de jovens que desejam abandonar o cultivo do fumo, não sendo possível encontrar os fatores motivadores à permanência na atividade, tendo em vista a veemência no discurso dos jovens em torno da descontinuidade da produção fumageira. A produção de novos estudos possibilitará comparações com os resultados encontrados a fim de melhorar a compreensão sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. et al. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Unesco, 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131546PORb.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE COMÉRCIO EXTERIOR (Abece). 2016. Disponível em: <<http://www.abece.org.br/Noticias/ComercioExterior.aspx>>. Acesso em: 10 jul. 2016.
- ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL (Afubra). 2016. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/>>. Acesso em: 2 jul. 2016.
- ALMEIDA, G. E. G. *Fumo: servidão moderna e violação de direitos humanos*. Curitiba, PR: Ed. Terra de Direitos, 2005. p. 168. Disponível em: <http://actbr.org.br/uploads/conteudo/594_Fumo_serv_moderna_livro.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2016.
- BANDEIRA, M. D. *Componentes da dinâmica demográfica do Rio Grande do Sul: fecundidade e mortalidade*. FEE, 2002. p. 89-126. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_SAU_PO57_Bandeira_texto.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2016.
- BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa). 2016a. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/exportacao>>. Acesso em: 3 jul. 2016.
- _____. *Lei nº 12.852, 5 de agosto de 2013*. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude –

- Sinajuve. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 9 jul. 2016.
- _____. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário. *Jovem tem mais apoio para permanecer no campo*. 2016b. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/jovem-tem-mais-apoio-para-permanecer-no-campo>>. Acesso em: 3 jul. 2016.
- BONATO A. et al. *Tabaco da produção ao consumo uma cadeia de dependência*. Curitiba: Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (Deser). 2010. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/>>. Acesso em: 5 jul. 2016.
- CAMARANO, A.; ABRAMOVAY, R. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro: Ipea, 1999. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/1EncNacSobreMigracao/AnaisENSM_igracaocuritiba1997p303a327.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2016.
- CASTRO, E. G. *Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Rio de Janeiro. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.
- CASTRO, E. G. de et al. *Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: Edur, 2009.
- CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1985.
- _____. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. *Revista Análise Social Segunda Série*, Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, v. 12, n. 46, 1976. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223914353V2a-DN7ku4Mf79OI1.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2016.
- CINTRA, A. P. U.; BAZOTTI, A. População rural, agricultura familiar e transmissão do saber na região sul. *Caderno Iparades*, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Curitiba, PR, v. 2, n. 1, p. 80-94, 2012.
- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS RURAIS (Deser). 2016. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/cadernoipardes/article/download/485/527>>. Acesso em: 1º jul. 2016.
- DOTTO, F. *Fatores que influenciam a permanência dos jovens na agricultura familiar, no Estado de Mato Grosso do Sul*. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2011.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (Embrapa). *Embrapa no ano internacional da agricultura familiar 2016*. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/embrapa-no-ano-internacional-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 1º jul. 2016.
- FERREIRA, A. B. H. *Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa*. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). *Sustentabilidade*. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/sustentabilidade.asp>>. Acesso em 30 de jun. 2016.
- GODOI, C. K.; BALSINI, C. P. V. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Org.). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 301-323.
- GODOY, A. S. O estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Org.). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 115-143.
- GROXKO, M. *Análise da conjuntura agropecuária safra 2011/12: fumicultura*. Curitiba: Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. 2011. Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/fumicultura_2011_12.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2016.
- GUIL, C.; FERNANDES, J. C.; FARAH, A. *Prudentópolis 100 anos*. Curitiba: Arte Editora, 2006.
- GUILHOTO, J. J. M. et al. A importância do agronegócio familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Rio de Janeiro, vol. 44, n. 3, p. 355-382, 2006.
- GUILHOTO, J. J. M.; AZZONI, C. R.; SILVEIRA, F. G. *PIB da agricultura familiar: Brasil-Estados*. Brasília: Nead Estudos, 2007. p. 172.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico*. 2010. Disponível em: Acesso em: 2 jul. 2016.
- _____. *Panorama das Cidades Brasileiras*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/prudentopolis/panorama>>. Acesso em: 2 jul. 2016.
- INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER (Inca). *Fumicultura e saúde*. 2016. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/status_politica/fumicultura_e_saude>. Acesso em: 2 jul. 2016.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IparDES. 2012. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/cadernoipardes/article/download/485/527>>. Acesso em: 1º jul. 2016.
- KISCHENER, M. A. *A sucessão geracional na agricultura familiar num contexto de mercantilização e modernização: um estudo em duas comunidades do Sudoeste do Paraná*. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2015.
- KRAICZEC T.; ANTONELI V. O avanço do cultivo do tabaco no município de Prudentópolis-PR: estudo de caso da década de 2000. *Revista Percursos*, Maringá, v. 4, n. 2, p. 59-77, 2012.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. *História das agriculturas do mundo – do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília, DF, 2010. 568p.
- MELLO, M. A. et al. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. *Agricultura em São Paulo*, vol. 50, n. 1, p. 11-24, 2003.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2013 – a ascensão do Sul: progresso humano num mundo diversificado*. Nova York, 2013. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh-2013.pdf>>. Acesso em: 1º jul. 2016.
- SILVEIRA R. L. L. et al. Expansão da cultura do tabaco no sul do Brasil (1996-2006): características, mudanças e persistências na produção de tabaco e nos usos do território. *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 17, n. 987, 2011.
- SPANEVELLO, R. M. *A dinâmica sucessória na agricultura familiar*. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- STROPASOLAS, V. L. O valor (do) casamento na agricultura familiar. *Estudos Feministas*, vol. 12, n. 1, p. 253-267, jan./abr. 2004.
- TROIAN, A. et al. Uso de agrotóxicos na produção de fumo: algumas percepções de agricultores da comunidade Cândido Brum, no município de Arvorezinha (RS). In: CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2009, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Sober, 2009.
- WANDERLEY, M. N. B. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1996, Caxambu. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ra%C3%ADzes%20Historicas%20do%20Campesinato%20Brasileiro%20-%20Maria%20de%20Nazareth%20Baudel%20Wanderley%20-%20201996.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2016.